

Índice

Martha Nussbaum: inquietação por ampliar o humano	1
---	---

Martha Nussbaum: inquietação por ampliar o humano

A trajetória da filósofa Martha Nussbaum (Nova Iorque, 1947) transitou sempre por caminhos intermédios, como se a sua intuição principal tivesse sido de evitar os extremos e as exclusões, decidindo-se pelo equilíbrio. Deplora a unilateralidade e destacou-se por um olhar inclusivo sobre a condição humana.

Assim, por exemplo, embora tenha defendido com firmeza os valores modernos e o universalismo liberal, está consciente de que as sociedades estão prenhes de história, pelo que as formas de vida aparecem sempre entremeadas com a contingência e a pluralidade.

De igual modo, esta pensadora tão apaixonada pelo mundo clássico, reivindicando o legado de Aristóteles, de Séneca ou de Cícero, não ignorou as conquistas do Iluminismo, nem negligenciou que a razão se encontra, como uma ilha, no meio do oceano tempestuoso e exuberante das emoções. Por isso, o que amamos, respeitamos ou desprezamos constitui uma luz – ou talvez uma sombra – que ilumina – ou obscurece – a paisagem do mundo, determinando as decisões éticas.

Por outras palavras: não existe contradição entre razão e emoção, porque as nossas avaliações têm exigências cognitivas. No fim de contas, explica Nussbaum, as emoções são “respostas inteligentes à perceção do valor” e devem ser tidas em conta se aspiramos alcançar bens humanos.

Ver o invisível

As emoções são as portas pelas quais captamos valores ou desvalores. Como uma lupa, possibilitam vislumbrar pormenores não alcançados pelo uso exclusivo e parcial da razão. Se Martha Nussbaum explorou este campo – que até há muito pouco tempo era descurado pelos filósofos – foi porque considera ser a emotividade uma força capaz tanto de promover a igualdade como, infelizmente, de reabilitar violências e perpetuar discriminações, como esta filósofa estudou na sua obra [“Political Emotions”](#).

Não é de estranhar que esta professora de Ética e Filosofia do Direito da Universidade de Chicago tenha seguido a linha aberta por Jean-Jacques Rousseau sobre a compaixão para abordar o problema da justiça social. Compadecer-se do que sofre é, além de uma exigência moral, um dever político. A compaixão criativa dá-nos a capacidade para compreender quem sofre e compromete-nos com a sua sorte, despertando uma fraternidade adormecida e convidando-nos a uma ação solidária.

Se tivéssemos de destacar um contributo de Nussbaum, seria o de levar até ao extremo este dever humano de compaixão. Esta é o que palpita na sua irrenunciável vocação pelo universalismo e a afasta dos pensadores pós-modernos. É uma humanista disposta a reconhecer dignidade onde menos o esperamos. Na verdade, e diversamente das emoções segregadoras, como a vergonha ou o asco, a compaixão liga-nos à espécie. Bem institucionalizado, o olhar compassivo identifica injustiças ocultas e possibilita o reconhecimento dos que, por infelicidade ou exclusões sistémicas, exercem na história o papel de vítimas.

A compaixão explica-nos igualmente o compromisso cívico desta intelectual acostumada a arregaçar as mangas nos conflitos de hoje, como sobre o género ou sobre a condição dos animais. Com uma conceção cósmica de textura estoica, entende que tudo o que é natural será digno de respeito, de admiração, e que o horizonte que constitui a humanidade está sempre a deslocar-se, num movimento quase indefinido, e cada vez mais abrangente.

Felicidade frágil

Em retrospectiva, e independentemente da lista de prémios e distinções que mereceu, esta pensadora ambiciosa tem no seu currículo várias realizações filosóficas, entre as quais merecem ser destacadas três. Em primeiro lugar, conseguiu devolver vigor à reflexão moral e política, situando no centro do debate contemporâneo uma pergunta que, devido à quimera kantiana sobre o dever, tinha desaparecido: a questão da vida boa.

Não é que Nussbaum acredite que haja uma natureza humana inalterável ou admita essências metafísicas; tão-pouco propõe uma conceção abrangente acerca da pessoa. Não renuncia ao pluralismo liberal, digamos assim. Mas, efetivamente, contra os que defendem uma neutralidade absoluta e dogmática, refere que, de um ponto de vista empírico, as diferentes noções sobre o humano convergem em determinados bens ou aspirações. Ou seja: sendo impossível dizer que vida é ótima, não poderá sê-lo a do indivíduo que não desfrute de água potável ou esteja condenado ao analfabetismo.

Por isso, em segundo lugar, é de se destacar o facto de Nussbaum, para lá das fronteiras culturais, entender que existem valores como a dignidade ou a liberdade que devem ser resgatados e implementados em todos os lugares do mundo. A sua aposta numa solidariedade universal no seu livro [“The Cosmopolitan Tradition”](#) – onde se mostra fiel ao ideal estoico – recebeu muita atenção no debate contemporâneo por causa do recente recuo da globalização. Tanto a compaixão como a ideia de cidadania comum se baseiam na constatação da igualdade entre as pessoas.

Em terceiro e último lugar, desde o início, Martha Nussbaum interrogou-se sobre a vulnerabilidade humana. Neste sentido, a obra que a tornou bem conhecida, “A fragilidade da bondade” (1986), aborda a importância da sorte e o contexto material no florescimento do humano. O diálogo que mantém com a tradição clássica, especialmente com os grandes trágicos e Aristóteles, serve-lhe para revelar que a felicidade se trata de um bem caprichoso, volúvel, inseguro e frágil e que, além da forja do carácter ou da virtude, existem bens externos incontornáveis para ela.

As condições de uma vida boa

Há, portanto, “um fosso entre ser uma pessoa boa e gozar de uma vida humana florescente”, explica. E esta constatação é a que fundamenta um dos seus projetos teóricos mais ambiciosos. Referimo-nos à sua teoria das capacidades, mediante a qual, e em colaboração com o Prémio Nobel da Economia, Amartya Sen, procura concretizar o que significa exatamente ter uma vida digna.

A abordagem de Nussbaum foi relevante, marcando um antes e um depois na luta contra as desigualdades económicas no campo moral. Na sua opinião, a economia do desenvolvimento não tem de se basear em cálculos macroeconómicos, nem em ideais abstratos de uma justiça universal. Tão-pouco devemos centrar-nos no reconhecimento dos direitos humanos. O que se torna imprescindível é satisfazer necessidades que possibilitam o desenvolvimento da pessoa, em toda a sua extensão.

Considerando que cada indivíduo é um fim em si mesmo e de que há condições básicas para o desenvolvimento das potencialidades humanas, Nussbaum, de modo arrojado, concretizou uma lista de “capacidades” irrenunciáveis, sem as quais ninguém se pode realizar.

As capacidades são um mínimo: uma exigência tanto moral como política, e universalmente vinculadora. “Qualquer sociedade deve garantir a todos os cidadãos”, explica a própria Nussbaum, “um conjunto básico de oportunidades para funcionar em certas esferas fundamentais da vida humana que, com toda a probabilidade, demonstrarão ser importantes para qualquer pessoa”.

Pobreza moral

Com a lista de capacidades que propõe, a autora de “Fronteiras da Justiça” mostra que, além de miséria económica, existe uma pobreza cultural e ética contra a qual devemos lutar. Deste ponto de vista, amplia a ideia de qualidade de vida, dotando-a de conteúdo, de substância, visto que, numa sociedade onde não se garantam, não pode emergir qualquer tipo de felicidade. Dizendo com mais clareza: há pré-requisitos materiais e morais sem os quais dificilmente poderíamos qualificar uma existência de humana.

Entre as dez capacidades que Nussbaum identifica, encontramos a vida, a saúde, a integridade corporal, mas também a capacidade de cultivar o pensamento, exercer a liberdade moral, exigências de respeito e adesão, um certo grau de controlo sobre o meio e a possibilidade de estabelecer relações com a natureza e outras espécies.

O foco das capacidades transforma a concepção da justiça social. Das dez faculdades que pormenoriza, derivam os direitos e as liberdades fundamentais. Também essas capacidades delimitam a extensão do poder político.

Alguns autores puseram em questão a lista, mas deve ser valorizada a coragem da pensadora norte-americana, a sua capacidade para gerar debate e a sua obsessão para evitar que a luta por uma sociedade mais justa se desenvolva num plano meramente teórico. O que lhe interessa não é pensar o que é o justo, mas contribuir para um mundo onde a justiça aspire vir a concretizar-se.

Nussbaum acredita que a constatação da vulnerabilidade do outro – do mais próximo, mas também de quem vive longe, mas dentro da cosmópole humana – reclama que se tome partido. A este respeito, criticou o liberalismo de [John Rawls e a sua teoria da justiça](#), considerando que a sua proposta contratualista é excludente e não leva em conta, nem os seres humanos com necessidades especiais, nem os deveres de prestar cuidados a outras espécies.

Imaginação literária

Mas que têm os ensaios de Nussbaum para se terem convertido em autênticos *best-sellers*? Apesar de muitos deles se aproximarem do milhar de páginas e abordarem problemas especializados, são muito atraentes, porque recorre sempre às grandes obras da literatura para esclarecer dilemas morais. Na sua opinião, os limites da moral podem ser cruzados só através da imaginação, e a literatura – a boa – exercita-nos na tarefa solidária de nos fazer aproximar de quem é diferente.

Os grandes marcos da cultura, desde Sófocles a Charles Dickens, preparam a simpatia e afinam a nossa sensibilidade moral através da imaginação. Nussbaum defende que para a política e o direito é mais importante estudar romances clássicos que memorizar normas ou estratégias de partidos.

Na sequência disso, a filósofa mostrou crescente preocupação com o desprestígio das humanidades. Chegou mesmo a qualificar o seu paulatino desaparecimento como uma crise “gigantesca e de enorme gravidade no plano mundial”. O economismo utilitarista, o interesse pela rentabilidade e a obsessão pela ciência aplicada estão a desalojar as disciplinas humanísticas, com o conseqüente prejuízo moral e político.

As humanidades estimulam o pensamento crítico, a imaginação, o compromisso cívico e fomentam a busca do desenvolvimento humano. Graças a elas, como vimos, cultiva-se a empatia necessária para unir o nosso destino com o dos que nos rodeiam, pelo que são fundamentais para a democracia.

Em “Sem fins lucrativos”, um dos seus ensaios mais saudados, Nussbaum afirma que a educação liberal prepara para assumir responsabilidades cívicas e que os jovens “devem educar-se para serem participantes numa forma de governo que exige às pessoas informarem-se sobre as questões essenciais a abordar”. Contudo, para lá da função política que podem desempenhar os saberes humanísticos, são fundamentais “sobretudo, para dar sentido à nossa vida”.

Últimos debates

Seria difícil rever em pormenor a obra de uma autora com uma cultura tão vasta e interesses tão variados. Teve tempo para ir dando os seus contributos sempre que solicitada e, juntamente com os seus trabalhos mais académicos, escreveu na imprensa para divulgar as suas ideias ou defender as suas convicções. Não ficou obcecada, todavia, nas suas teses, e numa trajetória tão longa, pôde relativizar ou alterar determinados pontos de vista.

Sem ser radical, defendeu um feminismo de cariz igualitarista em consonância com o seu interesse em ampliar os contornos da luta por uma existência digna. Publicamente mostrou-se inimiga da pornografia, pois entende que a primeira lição da ética é evitar a cosificação das pessoas.

No seu ensaio, “Citadels of Pride”, combate o narcisismo masculino que está por detrás da imposição da mulher enquanto ser objeto. É a masculinidade tóxica que fez multiplicar os casos de abuso e desvalorizar a sexualidade feminina. No ensaio, embora considere que o *Me Too* veio realçar abusos latentes, também explica que pode levar à humilhação pública do homem. Na sua opinião, para proteger a igualdade, a luta contra os delitos sexuais deve ser canalizada judicialmente.

Não se opõe a que seja legalizada a prostituição, porque defende que criminalizar a sua prática significaria não ter em conta que muitas mulheres são obrigadas a vender o seu corpo pressionadas pelas necessidades económicas.

Com 74 anos, num diálogo com Saul Levmore, advogado e economista, reivindicou a velhice como uma etapa da vida rica e cheia de experiências. Em “Aging Thoughtfully”, assegura que a cultura atual está cheia de estereótipos muito negativos sobre os idosos e que é necessário revalorizar a velhice. Ela continua no ativo e, como sempre, mergulhada em milhares de projetos. “Não tenho planos de reforma”, afirma esta pensadora multifacética, sugestiva e independente, que não deixou de se interessar pelos caminhos que conduzem à plenitude humana.

J. C.